



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeção Escrita

Recentemente, a sociedade ficou surpreendida com um caso de abuso sexual de 6 jovens menores do sexo masculino por um instrutor do mesmo sexo, numa actividade organizada por um centro de juventude de Macau. Toda a sociedade censurou fortemente esta conduta ilegal que lesa gravemente a saúde física e mental dos jovens. Tratou-se de um caso isolado que, no entanto, revela um problema, isto é, que o Governo, as escolas, as entidades organizadoras, os docentes e os alunos não têm conhecimentos suficientes sobre como salvaguardar a segurança e protecção dos jovens, facto que merece a nossa reflexão e estudo.

Existem actualmente em Macau diversas actividades de treino militar, tais como “campos de educação sobre defesa nacional destinados aos alunos do 2.º ano do ensino secundário” e “campos destinados aos jovens do 3.º ano do ensino secundário”. As autoridades ligadas à educação têm de reforçar a fiscalização às entidades organizadoras, apreciar e autorizar rigorosamente os programas e actividades, definir as necessárias medidas de protecção, apreciar e avaliar rigorosamente a qualificação, a moral e a deontologia dos docentes, e definir a regulamentação e as instruções das diversas actividades, em prol da salvaguarda da segurança física e psíquica dos jovens e alunos.

O referido incidente revela que existem insuficiências ao nível da educação sexual e do regime jurídico relativo aos crimes sexuais. Foram



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

vários os alunos vítimas, no entanto, não manifestaram resistência e não pediram apoio, facto que demonstra que os seus conhecimentos sobre autoprotecção são baixos, isto é, não sabem o que fazer perante abusos sexuais. Em 2013, a DSEJ lançou o plano de apoio para o desenvolvimento da educação sexual nas escolas, ao qual, até ao momento, aderiram 17 escolas, mas os métodos adoptados no âmbito da educação sexual variam de escola para escola e o âmbito dos destinatários também é variável, algumas escolas avançam com esta matéria só no ensino secundário, portanto, os resultados não são os mais eficazes. E no âmbito das garantias jurídicas, há a realçar o facto de se terem registado, nos últimos anos, vários casos de atentado ao pudor e de abuso sexual envolvendo menores, portanto, são várias as opiniões em defesa da classificação como crime público de todos os actos de abuso sexual de menores, e do agravamento da respectiva moldura penal, por forma a aumentar os efeitos dissuasores. No entanto, o Governo ainda nada fez quanto a isto.

Face ao exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Os alunos participam em actividades extracurriculares e em actividades organizadas por associações. Neste momento, como é que o Governo assegura a respectiva fiscalização? Como é que vai reforçar a fiscalização a todas estas actividades?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2. Como é que o Governo vai implementar a cooperação interserviços no respeitante à educação sexual dos jovens alunos e à prevenção de crimes sexuais? Como é que se vai divulgar, junto de todas as escolas, o plano de apoio para o desenvolvimento da educação sexual?
  
3. Atendendo aos frequentes casos de atentado ao pudor e abuso sexual envolvendo crianças e menores registados nos últimos anos, o Governo deve dispor de planos para a respectiva revisão legislativa, no sentido de que todos os actos relativos ao abuso sexual de menores passem a crime público e para que a respectiva moldura penal seja agravada. O Governo vai fazê-lo?

---

11 de Novembro de 2015

A Deputada à Assembleia Legislativa  
da Região Administrativa Especial de Macau,

Chan Hong